Relatório:

Expedição ao Rio Curuá e Riozinho do Anfrísio (Terra do Meio) Bacia do rio Xingu Altamira, Pará

(de 26 de junho a 07 de julho de 2002)

Elaborado por:

Rosely Alvim Sanches

(Instituto Socioambiental)

Colaboração e participação nos levantamentos de campo:

Cristina Adams

(Instituto de Biociências – Universidade de São Paulo)

Anderson Serra

(Fundação Viver Produzir e Preservar/Universidade Federal do Pará)

INSTITUTO
SOCIOAMBIENTAL

São Paulo, agosto de 2002.

Instituto Socioambiental

Projeto "Estudos preliminares para a criação de um mosaico de unidades de conservação no Médio Xingu"

Relatório de atividades referente à expedição aos rios Curuá e Riozinho do Anfrísio (Altamira, Pará)

Coordenação: André Villas Bôas

Levantamento e análise de dados sócio-econômicos: Rosely Alvim Sanches – ISA, Cristina Adams – USP; Anderson Serra – FVPP-UFPA

Colaboração : Klinton Senra e Carlos Yamashita

Revisão: Cristina Velasquez

Laboratório de Informações Geográficas e Sensoriamento Remoto

Alícia Rolla (Coordenação)
Cícero Cardoso Augusto
Rosemeire Rurico Sacó
Monica Takako Shimabukuro

Apoio:

Processamento de dados e informática: Rodolfo Marincek Neto (Coordenação), Ana Carina de Andrade, Daniel Ohata, Fábio Francelino e Juliano Cesar Amaral.

Documentação: Angela Galvão (Coordenação), Leila Maria Monteiro da Silva, Luis Adriano dos Santos, Pilar Cunha.

Administração: Hebert Lopreto (Coordenação), Ivone Fernandes Nunes, Moisés Pangoni, Marcelo Amaro de Souza, Mauro Antonio de Oliveira.

Sumário

Introdução **3**

2.Caracterização geral da Terra do Meio, estado do Pará **4**

3.Histórico de ocupação do Rio Curuá e do Riozinho do Anfrísio **7**

3.1 Característica da ocupação atual dos rios Curuá e Riozinho do Anfrísio 9

3.2 Organização política e social e aspectos fundiários 15

4. Características do Uso da Terra e Atividades Produtivas **17**

5. Breve histórico breve de ocupação da Transamazônica **21**

6. Considerações finais **25**

7. Referências Bibliográficas **26**

Figuras

1 – Localização da Terra do Meio e das Terras Indígenas na Bacia do rio Xingu 4

2 – Croqui rio Curuá 10

3 – Croqui rio Curuá 11

4 – Croqui Riozinho do Anfrísio 12

Anexos

I – Terra do Meio

II – Terras Indígenas na Bacia do rio Xingu

III – Eixos de desenvolvimento: Transamazônica e Cuiabá Santarém

IV – Roteiro de entrevistas

Introdução

A expedição aos rios Iriri, Curuá e Riozinho do Anfrísio foi realizada com o objetivo de identificar e caracterizar a ocupação humana na região denominada *Terra do Meio*, quanto aos aspectos históricos e sócio-econômicos, e ao uso dos recursos naturais. A identificação prévia da ocupação desta área se deu com base em relatórios obtidos junto a FUNASA e em outros documentos e relatos produzidos sobre a região.

O objetivo deste relatório é caracterizar a ocupação dos rios Curuá e Riozinho do Anfrísio, afluentes da margem esquerda do rio Iriri. A expedição durou 12 dias e percorreu cerca de 300 km nesses rios, entre os meses junho e julho, contando com uma equipe de três técnicos e cinco tripulantes do barco. Foram realizadas e gravadas 19 entrevistas com os chefes de famílias de ribeirinhos, sendo 8 do rio Curuá e 5 do Riozinho do Anfrísio. Além destas, foram realizadas mais 3 entrevistas com ex-moradores, 1 com uma liderança local, 1 com um comerciante de castanha-do-pará e 1 com um padre. Além desta, outra equipe subiu o rio Iriri para a realização das mesmas atividades. Ao final, as duas equipes se juntaram para posteriormente para subir o Riozinho. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas (o roteiro de perguntas encontra-se no anexo IV) com alguns chefes de família e outros atores regionais e elaborados croquis, para a identificação das localidades ao longo dos rios. Sempre que possível, foram tomadas as coordenadas UTM das localidades, das moradias atuais, das áreas de roça e outros pontos de interesse.

Uma *localidade* é aqui definida como a área de ocupação por uma família (nuclear/extensa), constituída por uma ou mais casas, quintais e roças. A localidade pode também representar as antigas colocações de seringueiros, que acompanhavam as *estradas de seringa*, ou as *vilas*, onde existiam o barracão e as casas de parentes dos proprietários dos seringais (*seringalistas*). Fisicamente, uma localidade pode estar situada entre dois igarapés, em uma ilha fluvial, em um *morrote*, ou dentro de um *furo*.

Os rios Iriri, Curuá e Riozinho do Anfrísio pertencem à bacia do rio Xingu. Este rio é de grande importância como fonte de subsistência material e cultural da população indígena e de outros habitantes "tradicionais", e por mobilizar milhares de pescadores profissionais e amadores todo o ano. Na área de estudo, encontra-se uma população tradicional descendente de seringueiros, que migraram para a região entre final do século XIX e início de XX. Hoje, esses habitantes sobrevivem da extração e comércio de castanha-do-pará. As famílias estão bastante isoladas e distantes de Altamira, cerca de 1,5 hora de avião bimotor, ou 5 dias de barco, na época das cheias, até a confluência dos rios Curuá e Iriri.

2. Caracterização geral da Terra do Meio, estado do Pará.

O Pará é o segundo maior Estado brasileiro, abrange uma área de 1.253.164 km^2 e uma população de 6,18 milhões de habitantes. Essa população está em grande parte concentrada na capital Belém e em outros centros economicamente importantes, como Santarém. No sudoeste desse Estado, localiza-se a região denominada por *Terra do Meio*[1] (ver anexo I), pertencente aos municípios de Altamira e São Félix do Xingu. Trata-se de uma região de baixa densidade populacional e, até certo ponto, isolada, mas que serviu durante quase um século à extração e produção de látex natural, a seringa. Sua comercialização a partir do final do século XIX[2] foi um dos grandes fenômenos de produção nacional (Goodland & Irwin, 1975).

A Terra do Meio é irrigada pelo rio Xingu (Médio Xingu), que nasce no Planalto dos Guimarães (Mato Grosso) e deságua no rio Amazonas (Pará), formando uma extensa bacia hidrográfica[3]. Ao longo do rio principal e seus afluentes, vivem populações indígenas e outros habitantes tradicionais, não-índigenas (*cabocla*), de origem do ciclo econômico da borracha. Essa região é, portanto, interessante nos aspectos geográficos, sócio-culturais e ecológicos, pois mantém em bom estado de conservação e de forma contínua uma grande área de floresta tropical, cercada por terras indígenas (Figura 1 e anexo II).

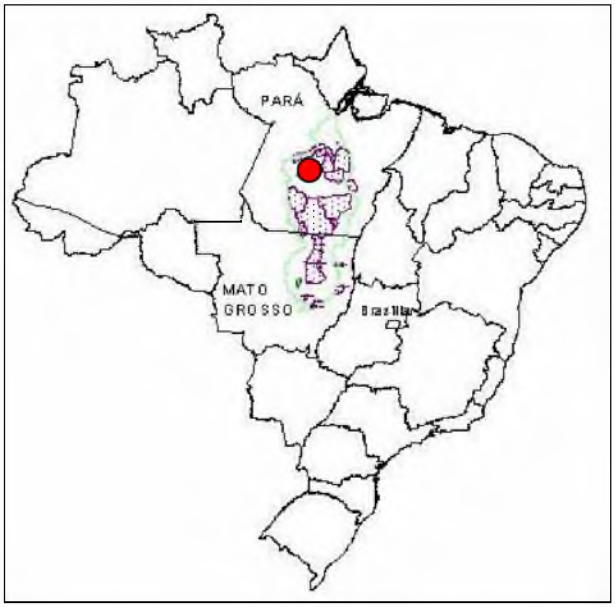


Figura 1 – Localização da Terra do Meio e das terras indígenas (em pontilhado) na bacia do Xingu (limite em verde).

[1] A Terra do Meio representa cerca de 5,6% do território do Pará (cerca de 70.000 km^2).
[2] O gênero *Hevea* foi classificado pelo botânico J.B. Fusée Aublet em 1762 (Goodland & Irwin, 1975).
[3] A bacia do rio Xingu possui 511.891,00 km^2 de superfície, estando 65% situada no estado do Pará.

A região também está contida entre os grandes eixos rodoviários, como a Cuiabá-Santarém ou BR-163 (à oeste), a Transamazônica ou BR-230 (ao norte) e a BR-158 (à leste). Esses eixos foram planejados e construídos durante as décadas de 1970 e 1980 (ver tabela 1 do anexo III) e viabilizaram uma nova fase de ocupação na região. Esse processo foi decorrente de uma política de integração nacional e de propagandas, para integrar as regiões consideradas "isoladas" do cenário econômico nacional àquelas industrializadas do Sul e Sudeste do país. Essa política transformou as rodovias, como a Transamazônica, "símbolos" de desenvolvimento, ocupação e soberania sobre a Amazônia brasileira.

Dentro desse cenário político-econômico de ocupação da Amazônia em que impera as altas taxas de desmatamento, associadas à implantação de projetos de colonização e agropecuários, a Terra do Meio, diferente das demais fronteiras agrícolas do país, tem sobrevivido aos malgrados impactos socioambientais desses projetos. Suas áreas interiores ainda resguardam e preservam grande parte da bacia do rio Xingu. Isso se deve em grande parte à distância daquelas rodovias, à presença de terras indígenas[4], que acabam funcionando como áreas tampão, e à força dos movimentos sociais locais. Estas organizações sociais, sediadas em Altamira, vêm se ocupando do futuro dos produtores rurais em áreas de colonização da Transamazônica mas, também, do futuro do rio Xingu. Neste caso, as organizações têm questionado e alertado a sociedade para os impactos socioambientais decorrentes de uma avalanche de projetos desenvolvimentistas, tais como as barragens da U.H. Belo Monte. A resistência a esses projetos, entretanto, não se dá em oposição ao desenvolvimento econômico regional, mas aos impactos gerados por esses modelos, que utilizam a mão-de-obra local apenas nas fases iniciais de sua implantação, para abandoná-la posteriormente .

Outro aspecto importante é que, a partir de 1990, a Terra do Meio se transformou em alvo de conflitos de terra e de disputa pela riqueza de seus recursos naturais. Essa pressão é oriunda de *interesses vários* e do crescimento das cidades no seu entorno. A extensa rede de rios e igarapés que atravessam a região favoreceu a exploração pontual de seus interiores, onde se localizam grandes jazidas minerais, principalmente de ouro, e as áreas de concentração do mogno (*emboladas*). Ao longo da Cuiabá-Santarém e da Transamazônica, novos municípios se desenvolveram, dos quais oito, além de Altamira e São Félix do Xingu, exercem influência sobre a região (ver tabela 2 do anexo III). Alguns destes municípios são vetores de migração e pressão sobre a Terra do Meio, seja para a exploração legal e ilegal dos recursos naturais, seja para a especulação de terras, públicas e privadas.

---

[4] Cerca de 40% de toda a bacia do rio Xingu está preservada pelas 28 terras indígenas incidentes.

Preservar a Terra do Meio implicará em resguardar e valorizar sua importância histórico-cultural e ambiental, além de contribuir com mais 12% de área de florestas para a conservação da bacia do rio Xingu. Este dado é importante para políticas públicas voltadas aos recursos hídricos, sobretudo dentro do Pará, um Estado que concentra em seu território 40% das águas interiores do Brasil (Leonel, 1998). As características sócio-econômicas dessa região serão comentadas neste relatório, com ênfase sobre os rios Curuá e Riozinho do Anfrísio. Também, será apresentado um breve histórico da ocupação na Transamazônica.

3. Histórico de ocupação do Rio Curuá e do Riozinho do Anfrísio.

A ocupação do Rio Curuá e do Riozinho do Anfrísio não difere historicamente e ocorreu induzida pelos ciclos econômicos, em um primeiro momento, relacionados à extração da seringa (*Hevea brasiliensis*) e da castanha-do Pará (*Bertholletia excelsa).* Em um segundo momento, ela foi influenciada pela abertura da Transamazônica na década de 1970. Em ambas situações, essa ocupação se aliou às medidas emergenciais do governo federal de atendimento e realocação de vítimas das secas no Nordeste do país (Goodland & Irwin, 1975).

Durante o ciclo da borracha (entre 1850-1970), a chegada de migrantes à região favoreceu a origem a uma população *cabocla*, descendente da miscigenação entre índios e portugueses. Embora os habitantes locais não se denominem como tal, o termo *caboclo* é ainda empregado para caracterizar um sistema cultural distinto, porém, com forte herança indígena, adaptado às condições ecológicas das várzeas do Amazonas e, ao mesmo tempo, inserido nos ciclos econômicos regionais (Moran, 1974).

O extrativismo intenso de seringa nessa e em outras regiões da Amazônia se deve à invenção do processo de vulcanização por Charles Goodyear e à produção em massa de automóveis na Europa e nos EUA, que aumentou a demanda para a fabricação de pneus (Weinstein, 1983). O longo período de secas desastrosas no Nordeste, levou o governo a conduzir 500.000 imigrantes nordestinos ao Norte do país (Goodland & Irwin, 1975). Os migrantes nordestinos que foram trabalhar nos seringais do Médio Xingu, muitos do Ceará, constituíram assim a população tradicional encontrada hoje nos rios Curuá e Riozinho do Anfrísio. Essa ocupação, porém, não ocorreu sem antes entrar em conflito com os índios[5].

O primeiro *boom* de produção de borracha durou até o início do século XX, quando grandes plantações de seringueiras foram feitas no Ceilão e Malásia, a partir de sementes e mudas brasileiras. Esse fato quebrou o monopólio do Brasil sobre a borracha e seu preço caiu, com a produção de borracha no Oriente (Goodland & Irwin, 1975)[6]. Na década de 1940, a segunda II Guerra Mundial trouxe um breve alento à economia da seringa, estimulada por investimentos estratégicos dos americanos destinados a suprir o esforço de guerra (período conhecido como a "guerra da borracha") [7]. Entre as décadas de 1940 e 1950, o Riozinho do Anfrísio chegou a comportar 200 famílias de seringueiros, provenientes de uma leva de

[5] Conforme relatos, os maiores confrontos eram com os Kayapó.

[6] Não há estimativas locais, mas para se ter uma idéia a média de produção era de 2.000 toneladas, sendo que o auge da produção de borracha chegou a 8.600 toneladas no Acre (Cunha, 2000).

[7] Henry Ford plantou 3,5 milhões de seringueiras em Forlândia e Belterra, sobre uma área de um milhão de hectares. Entretanto, nas condições de monocultura, os seringais se tornaram suscetíveis às pragas e a produção da borracha não atingiu os antigos níveis de exportação (Goodland & Irwin, 1975).

55.000 imigrantes nordestinos para a região Norte, conhecidos por "soldados da borracha" [8] (Schmink & Wood, 1992).

Assim, muitos dos atuais moradores dos rios Curuá e Riozinho do Anfrízio são remanescentes do período da borracha, sendo descendentes da primeira (Sr. Damásio, Sra. Maria Santarém e Sr. Bebé) ou da segunda (Sr. David, do Riozinho[9]) leva de cidadãos nordestinos que migraram para região, casando-se posteriormente com índias das etnias Xipaia e Curuaia (prancha I).

Para a exploração e a comercialização da seringa o governo fazia um contrato de arrendamento com os *seringalistas*, ou "patrões" da seringa. Entre eles se destacaram o Antonio Meireles e o Anfrísio Nunes[10], proprietários de seringais no Riozinho do Anfrísio. No contrato de arrendamento era concedido o uso e a exploração da terra – propriedade do Estado – ao seringalista. Este pagava o governo através da produção dos seringais. Até o fim do mês de abril, o barco subia os rios para recolher a produção dos seringueiros e transportar até Altamira, de onde a borracha seguia viagem de navio até Belém e, daí, exportada. Em muitos casos, os seringalistas possuíam embarcações próprias, mas nesse tempo já existiam os atravessadores.

As relações entre seringueiros, patrões e comerciantes locais se davam através do sistema de aviamento: o seringalista ou um comerciante, dono dos barracões (aviador), além de fornecer mercadorias e crédito ao seringueiro, exercia um certo controle sobre a mão-de-obra (Weinstein, 1983; Schmink & Wood, 1992). Nesses barracões, os seringueiros trocavam sua produção por roupas, equipamentos e outras mercadorias, com preços inflacionados. Esse sistema resultava numa dívida permanente dos seringueiros para com os donos dos barracões. Estes tinham dívidas com o fornecedor de mercadorias da cidade mais próxima, que era o responsável pelo envio da borracha às casas exportadoras em Belém ou Manaus (Weinstein 1983, Schmink & Wood, 1992).

O ciclo da borracha perdurou na região até 1970, quando o valor do produto caiu ainda mais. A extração de seringa hoje é muito incipiente nos rios Curuá e Riozinho do Anfrísio (prancha III), em função do seu baixo preço (no máximo R$ 0,70/kg). O sistema de regatão é o canal de comercialização da produção, com a diferença de que é a castanha-do-pará o principal recurso explorado, e não a seringa. Com a colonização da Transamazônica um novo modelo de ocupação se aproximou da Terra do Meio, o qual será comentado, posteriormente, devido aos seus impactos e influências sobre a população local.

---

[8] "Quem não queria ir para a guerra, ia para trabalhar na borracha e defender a Amazônia" (V.M.Nunes, entrevista gravada em Altamira, 11/07/2002).

[9] "Meu pai foi soldado da borracha" (Riozinho do Anfrizio, 3/7/2002).

[10] Ver mapa dos seringais. Trata-se do pai e padrasto de uma antiga moradora da Praia do Frisan, localizada no rio Iriri, Vicença Meireles Nunes, que atualmente mora em Altamira. Ela também relata que a Praia do Frisan serviu de base de apoio para as frentes de atração do Serviço de Proteção ao Índio.

3.1 Característica da ocupação atual dos rios Curuá e Riozinho do Anfrísio.

A ocupação é dispersa ao longo dos rios Curuá e Riozinho do Anfrísio, sendo que as poucas famílias que habitam o rio Curuá estão bastante distantes umas das outras. Essa dispersão, em parte, reflete a disposição das colocações em épocas remotas, ao redor das estradas de seringa. Muitos moradores são nascidos na região, sendo netos ou filhos dos antigos seringueiros (ocupação tradicional). Há também moradores recentes (ocupação não tradicional) que chegaram com o garimpo de ouro, uma atividade que começou na região a partir da década de 1980.

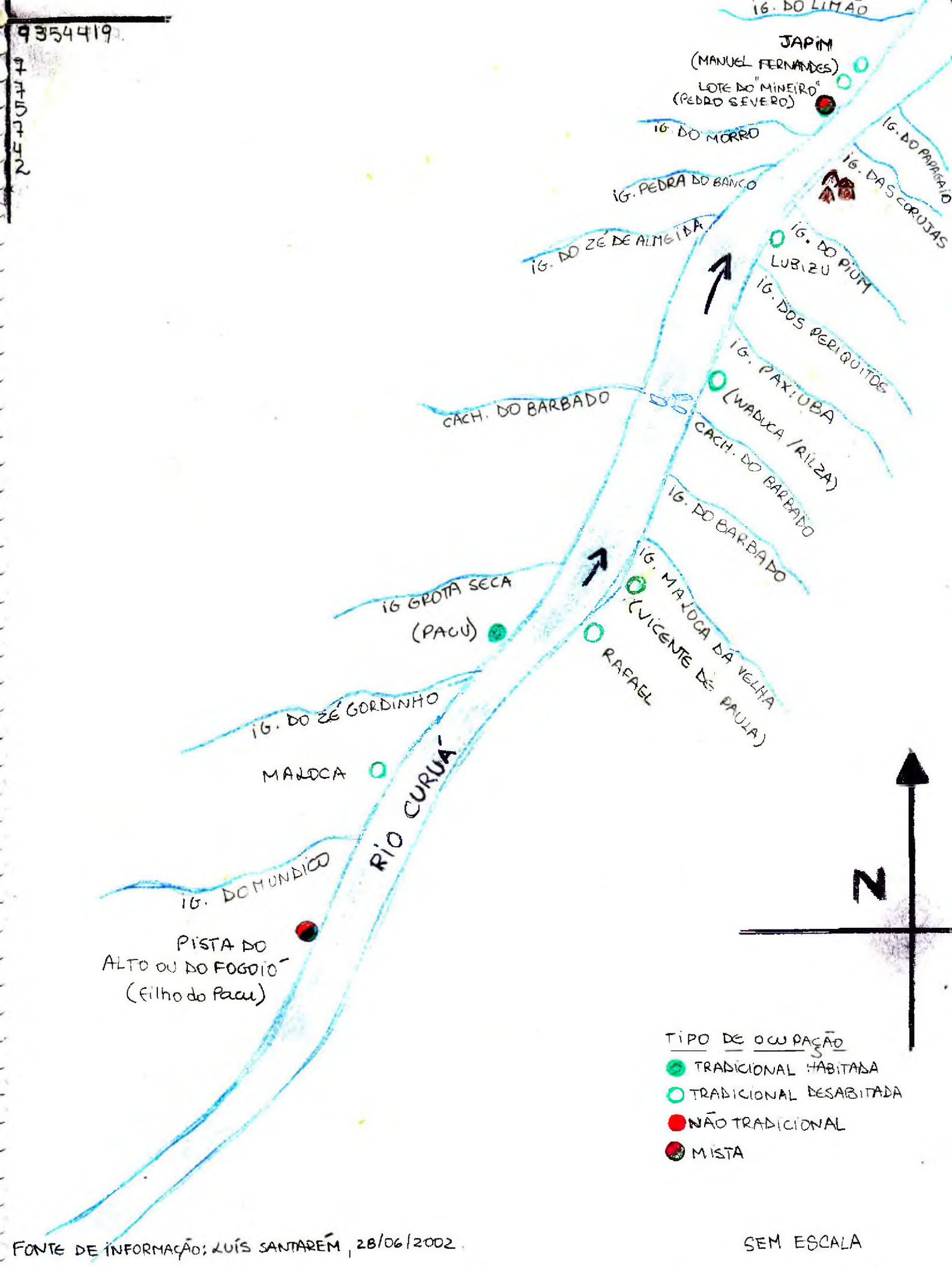
Cada localidade presente nesses rios recebe um nome, que varia ao longo do tempo, e pode denotar as diferentes fases de ocupação da região (Cunha, 2000). Essas localidades foram, assim, marcadas e batizadas pelo sucesso, pelos períodos de produtividade (p.e., Alto Alegre, Boa Saúde, Bom Jardim), ou de dificuldade (Igarapé do Inferno), ou como referência aos antigos moradores (Igarapé do Pereira, Igarapé do Zé Domingo, atual Madalena). Essas localidades foram ilustradas em croquis (Figuras 2, 3 e 4).

Algumas localidades também foram escolhidas por serem antigos aldeamentos indígenas sítios, onde aparece a terra preta-de-índio, associados algumas vezes aos cocais (aglomerações de babaçú). Em várias localidades ao longo dos rios visitados foram coletados cacos de cerâmica indicativos da existência de sítios arqueológicos. Na Aldeia Xypaia coletamos cacos de cerâmica em uma belíssima roça, de propriedade do pai do Sr. Luiz Xypaia, chefe da aldeia, cultivada sobre terra preta.

A castanha-do-pará é o principal recurso extraído e comercializado atualmente. Devido às distâncias e à sazonalidade dos rios, há uma grande dificuldade de transporte na região e, fora os regatões, a canoa é o único meio de transporte local. A viagem até Altamira é rara e há casos de moradores sem ir há mais de 8 anos, ou mesmo aqueles que nunca foram à cidade[11]. As casas em geral são simples, de pau-a-pique, algumas revestidas com o barro branco – taguatinga - e recobertas de palha de babaçu (prancha II).

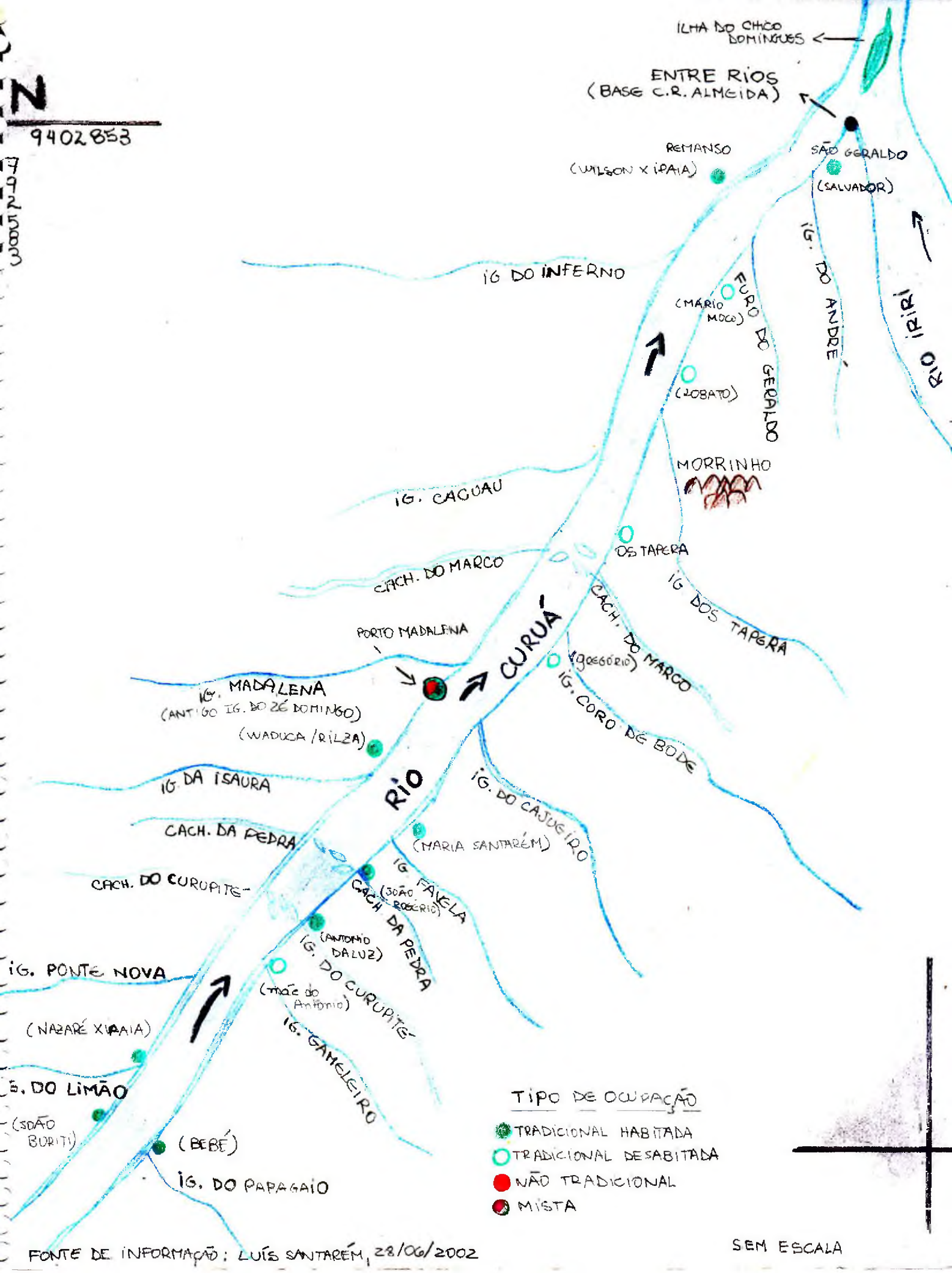
[11] É o caso de uma família da localidade de Boa Saúde I, no Riozinho do Anfrísio.

9354419
7775742

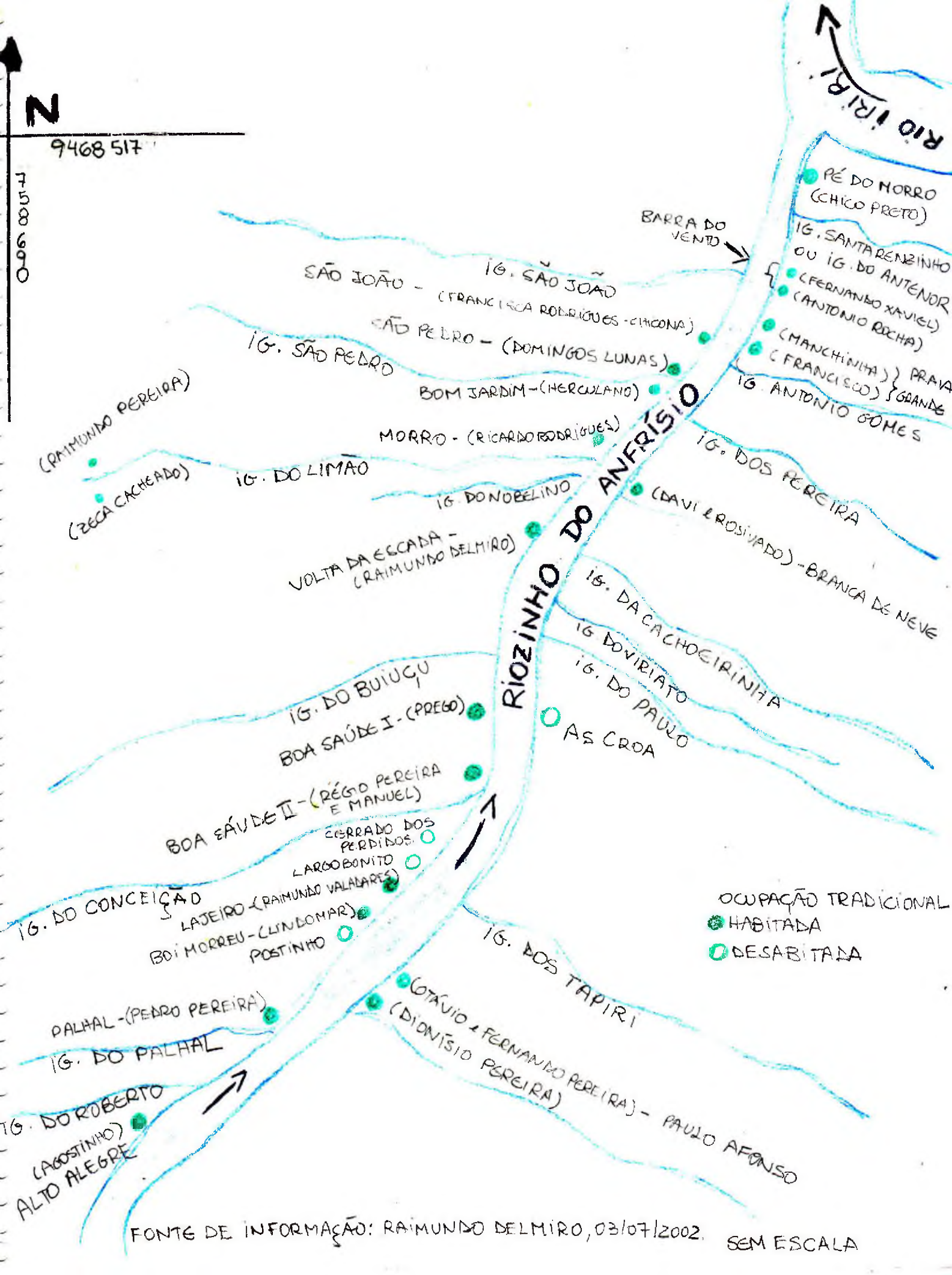


FONTE DE INFORMAÇÃO: LUÍS SANTARÉM, 28/06/2002.

SEM ESCALA



FONTE DE INFORMAÇÃO: LUÍS SANTARÉM, 28/06/2002


N
9468517
7508690
RIO IRIRI
RIOZINHO DO ANFRÍSIO
PÉ DO MORRO (CHICO PRETO)
IG. SANTA RENZINHO OU IG. DO ANTENOR
(FERNANDO XAVIEL)
(ANTONIO ROCHA)
(MANCHINHA) } PRAIA
(FRANCISCO) } GRANDE
IG. ANTONIO GOMES
BARRA DO VENTO
SÃO JOÃO - IG. SÃO JOÃO
(FRANCISCA RODRIGUES - CHICONA)
SÃO PEDRO - (DOMINGOS LUNAS)
IG. SÃO PEDRO
BOM JARDIM - (HERCULANO)
MORRO - (RICARDO RODRIGUES)
(RAIMUNDO PEREIRA)
(ZECA CACHEADO)
IG. DO LIMÃO
IG. DO NORBELINO
IG. DOS PEREIRA
(DAVI & ROSIVADO) - BRANCA DE NEVE
VOLTA DA ESCADA - (RAIMUNDO DELMIRO)
IG. DA CACHOEIRINHA
IG DO VIRIATO
IG. DO PAULO
AS CROA
IG. DO BUIUÇU
BOA SAÚDE I - (PREGO)
BOA SAÚDE II - (RÉGO PEREIRA E MANUEL)
CERRADO DOS PERDIDOS
LARGO BONITO
IG. DO CONCEIÇÃO
LAJEIRO - (RAIMUNDO VALADARES)
BOI MORREU - (LINDOMAR)
POSTINHO
OCUPAÇÃO TRADICIONAL
HABITADA
DESABITADA
IG. DOS TAPIRI
OTÁVIO & FERNANDO PEREIRA) - PAULO AFONSO
(DIONÍSIO PEREIRA)
PALHAL - (PEDRO PEREIRA)
IG. DO PALHAL
IG. DO ROBERTO
(AGOSTINHO)
ALTO ALEGRE
FONTE DE INFORMAÇÃO: RAIMUNDO DELMIRO, 03/07/2002.
SEM ESCALA

Há mais de 50 anos não existe escola, nem posto de saúde ou qualquer tipo de infra-estrutrura básica na região. Quando necessitam de assistência médica, os habitantes do Riozinho do Anfrísio procuram o posto de saúde da T.I. Cachoeira Seca do Iriri. No caso dos habitantes do rio Curuá, as doenças são tratadas no posto da área T.I. Curuá. Salvo estes postos ou eventuais caronas de avião ou de regatão, o atendimento nos casos mais sérios de saúde é praticamente inexistente[12].

Eventualmente, funcionários da FUNASA e da SUCAM fazem visitas, sobretudo, para atendimento dos casos de malária. Esta é uma das doenças que causa o maior número de mortes na população, como no caso de um casal do rio Curuá que perdeu três filhos, vítimas de malária[13]. Na data deste levantamento, a SUCAM havia percorrido a região 15 dias (no rio Curuá, só até o porto do garimpo Madalena).

Um outro problema grave é o alto índice de analfabetismo, que chega a quase 100% entre as crianças e adolescentes. Em alguns casos, quando os adultos sabem ler e escrever, eles repassam seu conhecimento aos filhos. Quer-se existe menção à presença de autoridades na região, bem como certidões de nascimento, de identidade ou de casamento.

A Tabela 1 mostra o número estimado de famílias e de habitantes. Embora houve uma redução de famílias nos últimos 5 anos, o número total da população não alterou muito no Riozinho do Anfrísio. Já no rio Curuá, ocorreu muitas migrações para a cidade de Altamira, ou de Novo Progresso, em busca de melhores condições.

Tabela 1 – Relação do número de famílias, do total de habitantes e das localidades no Rio Curuá e Riozinho do Anfrísio.

	Nº de famílias		**Nº total habitantes**		**Nº de localidades**	
População	1997-1998	2002	1997-1998	2002	1997-1998	2002
Rio Curuá			**266[a]**	**242**		
Não-indígena	18[b]	12	**107[b]**	**70**	11[b]	9
T.I. Curuá			46[a]	100		
Garimpo Madalena		10	16[a]	72		
Riozinho do Anfrísio	?	**24**	**155[a]**	**149**	**9[c]**	**19**

a Fundação Nacional da Saúde, FUNASA (1997/1998). b Almeida (1999). c FUNASA (1997/1998): possivelmente, esse levantamento não cobriu todas as localidades do Riozinho.

[12] No regatão, o custo de 4 comprimidos de *Anador* é de R$8,00. Uma caixa de penicilina custa meio grama de ouro, no porto do Madalena.
[13] Família do sr. João Buriti, em entrevista gravada.

Além das migrações para a cidade, ocorre uma grande mobilidade demográfica entre as localidades, em função da abertura de novas áreas de roça e da exploração dos castanhais. Essa mobilidade interna torna bastante complexa a identificação de localidades e a delimitação destas e das áreas de uso tradicional. Por outro lado, ela mostra que a ocupação tradicional desses rios vai além do espaço delimitado pelas casas, quintais e áreas de roça. Isso pode ser comprovado pelas inúmeras áreas de vegetação secundária, ao longo desses rios, repletas de embaúbas, babaçús e cássias (chamadas localmente de canafístula[14], ou de "algodão bravo"), que coincidem com antigas moradias de seringueiros (prancha III)[15]. A cássia é uma leguminosa de mata secundária cuja fibra presente na casca (envira) foi muito utilizada para a confecção de cordas16.

Um outro fator condicionante dessa mobilidade é a atividade de garimpo, propiciada principalmente pelo "garimpo Madalena" e pela presença de balsas de garimpo no Alto rio Curuá. Conforme será explicado posteriormente, com o baixo retorno econômico das atividades tradicionais de extração de castanha- do-pará, o garimpo tem sido uma das fontes de subsistência para as famílias do rio Curuá.

---

[14] Um exemplar foi herborizado e enviado para o Museu Goeldi para identificação: *Cassia occidentalis* L., Leguminosae Caesalpinioideae ou, mais recentemente *Senna occidentalis* (L.) Link, Caesalpiniaceae.

[15] Sr. Damásio, entrevista gravada, 07/2002.

[16] A alta densidade de indivíduos encontrada em muitas localidades se deve tanto às características colonizadoras dessa espécie (Rizzini & Mors, 1976) que desponta rapidamente com a derrubada ou a queimada da mata e a presença humana. Quando uma família partia ou uma área era abandonada por mais de 8 anos, os cocos espalhados no terreiro pelos homens e pelos animais davam origem às várias palmeiras.

3.2 Organização política e social e aspectos fundiários.

O isolamento relativo existente entre as famílias é uma herança passada, influenciada pelas relações entre seringalistas e seringueiros, pelo sistema de aviamento e pelo modo de ocupação da região (*colocações*). Conforme mencionado, essa ocupação se dava em função das *estradas de seringa*, isto é, as áreas com maior densidade de indivíduos de seringueira. Nessas colocações, os seringueiros permaneciam trabalhando durante a maior parte do ano, sem contato direto entre si: quando as estradas eram muito produtivas, maior era o número de seringueiros trabalhando e as colocações se distanciavam a cada 5-6 km^2 (Cunha, 2002). Cada seringal compreendia, assim, um grande número de estradas (uma estrada contem cerca de 100 árvores de seringa). Um seringal, de médio porte, com 200 a 300 estradas e cerca de 650 a 870 km^2, era capaz de comportar no máximo 150 seringueiros (Cunha, 2000) [17].

Já nos locais onde os seringalistas mantinham os barracões, formavam-se pequenas vilas, compostas por casas de familiares dos patrões e também dos seringueiros. Esses locais se tornavam um centro importante de relações comerciais e, também, sociais, onde se realizavam comemorações de festas religiosas, casamentos e batizados. Entre esses centros destacam-se as localidades da Praia do Frizan, próxima a boca do Riozinho (com 32 casas), a Ilha de São João (cerca de 26 casas), o Igarapé do Limão, o Igarapé Maloca da Velha e o Entre Rios.

Não existe conceito de propriedade de terra para os habitantes, mas o castanhal pode ser designado como um indicador de ocupação ou "territorialidade". Segundo relato, o primeiro a chegar ao castanhal "cru e botar ele em dia" (fazer as estradas e limpar o entorno das árvores) era considerado o "proprietário". Cada castanhal tem, portanto, um "dono" e pode estar situado em uma localidade diferente daquela onde se situa a moradia[18]. Além disso, o castanhal pode ser explorado por outros, como no rio Curuá, onde há castanhais antigos que estão sendo reabertos por novos moradores.[19].

Sendo assim, entre as famílias dos rios Curuá e Riozinho as relações sociais ocorrem permeadas pelo parentesco e, em alguns casos, pela proximidade das moradias. As famílias são unidades de produção independentes, praticam a agricultura de subsistência e extraem a castanha e outros produtos florestais em áreas de uso familiar ou coletivo. A dívida permanente que acumulam no sistema de regatão se deve, entre outros aspectos, ao fato de não haver uma organização comunitária da produção, ou qualquer tipo de

---

[17] De acordo com Cunha (2000), uma légua quadrada (aproximadamente 43,56 km^2), continha cerca de 16 estradas de seringa para oito homens trabalhando.

[18] Por exemplo, o caso do Sr. Bebé, que mora no Igarapé do Barbado e explora o castanhal do Igarapé do Mundico.

[19] O castanhal em questão, situado no Igarapé da Pedra do Banco, era de propriedade do finado Sr. Pompeu (patrão), que o passou como herança para o Sr. Nazareno Cruz.

associação que represente e resguarde seus direitos. Quanto a situação jurídica com a terra, alguns moradores possuem documentos de posse, elaborados pelo Pe. Ângelo Pansa, na década de 1970, delimitando as áreas de ocupação, onde se inserem os castanhais explorados e um levantamento das benfeitorias e culturas existentes. Esse levantamento foi uma tentativa de regularizar a situação fundiária desses moradores, com o objetivo de garantir-lhes a posse da terra, frente a um cenário de conflitos de terra que se instaurou na época e que permanece até hoje. Essa situação pode ser vista no trecho descrito a seguir (Pansa, 1984):

"Chegou-se à conclusão de que a maioria destes moradores provêm de outros Estados do Brasil, atuam como extrativistas (borracha e castanha do Pará) e beneficiaram pequenas áreas para o sustento de suas famílias. De outro lado não receberam, nem estão recebendo, apoio, orientação e ajuda: o analfabetismo está na ordem de 95%, nunca tiveram assistência média nem escolar, os transportes são precários, quase inexistentes, a falta de documentação, seja pessoal como das posses, é quase generalizada."

" No que diz respeito à Titulação das Posses, em conformidade com a Lei 6969 regulamentando o direito de Usucapião, sugerimos aos Órgãos encarregados das colonizações, INCRA e ITERPA, que ao redor dos pequenos lotes de 100 hectares a serem entregues aos posseiros relatados nesta pesquisa[20]. sejam constituídas reservas florestais de 3.000 hectares que, além de proteger o patrimônio da União e do Estado, vão proteger o ambiente natural, e permitir aos moradores continuar sua atividade extrativista da borracha e da castanha" (grifo nosso). O lote de 100 hectares (1 km^2) provavelmente inclui as benfeitorias e a reserva de 3.000 hectares (30 km^2), que corresponde a área de 3X10km, delimitada em documentos entregue às famílias da região.

Já no caso dos seringalistas, os contratos de arrendamento com o governo do Pará servem apenas para atestar a concessão de uso, mas não lhes garante o título da terra. Alguns ex-seringalistas vivem em Altamira, sem gozar do benefício da aposentadoria – como foi relatado em alguns casos - prometida pelo governo, como "soldados da borracha". Esse quadro fundiário e de isolamento da região, por outro lado, propiciou a incorporação de grandes extensões de terra e a formação de latifúndios, como no caso da empresa C.R. Almeida (anexo I).

[20] Verificar se a Lei nº 6383 de 7/12/1976, art. 29, estabelece " O ocupante de terras públicas que as tenha tomado produtivas com o seu trabalho e o e sua família, fará jus à legitimação de posse de área contínua de até 100 (cem) hectares, desde que presença os seguintes requisitos: I- não seja proprietário d imóvel rural: II – comprove a morada permanente e cultura efetiva, pelo prazo mínimo de 1 (um) ano. &1º A legitimação da posse de que trata o presente artigo consistirá no fornecimento de uma Licença de Ocupação, pelo prazo mínimo de mais 4 (quatro) anos, findo o qual o ocupante terá a preferência para aquisição do lote, pelo valor histórico da terra nua, satisfeitos os requisitos de morada permanente e cultura efetiva e comprovada a sua capacidade para desenvolver a área ocupada (...).

4. Características do Uso da Terra e Atividades Produtivas.

Extrativismo

A coleta de castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*) é a atividade econômica de grande importância no rio Curuá e, principalmente, no Riozinho do Anfrísio, em que participam homens, mulheres e as crianças. Ela se inicia durante o inverno, após a queda dos *ouriços* (janeiro a março), do qual se extraem as sementes. Uma família pode produzir em média 350 caixas, ou 8,75 toneladas de castanha em um ano.

Entre os grandes produtores de castanha da região, nas décadas de 1950-1960, esteve a área do Anfrísio Nunes, da qual chegaram a ser embarcados e transportados 15 mil hectolitros (cerca de 270 toneladas) até Altamira, uma safra bastante alta, comparando a outras regiões da Amazônia[21]. A produção de toda a região (incluindo o rio Iriri e Xingu) na década de 80 foi a maior: um comerciante em Altamira chegou a comprar 2.000 toneladas. Neste ano, com a baixa de preço, este mesmo comerciante não conseguiu embarcar mais de 400 toneladas de castanha.

A grande produção de castanha-do-pará no passado se devia tanto ao maior número de famílias extrativistas, quanto ao fato de os castanhais ocorrem em praticamente todas as localidades,[22] nas áreas de terra firme ao longo dos rios. Os castanhais aparecem muitas vezes associados às matas de babaçu (*Orbignia spp*)[23] e aos sítios de ocupação de povos indígenas muito antigos. Os maiores e mais produtivos castanhais citados estão localizados no Riozinho do Anfrísio.

A comercialização da castanha-do-pará, hoje, é na base de troca: uma caixa de castanhas (aproximadamente 25 kg) vale somente uma barra de sabão em pedra, ou uma lata de óleo de cozinha, no valor de R$ 5,00[24] (ou R$ 0,20/kg). De acordo com um comerciante de Altamira, o preço da castanha varia com o dólar[25]: no início do ano, o valor foi de R$ 0,30/kg e chegou a R$ 0,80/kg, no mês de julho. Essa flutuação de preços acaba determinando ou não a extração de castanha na região. Neste ano, muitas famílias deixaram de entregar a mercadoria, devido ao baixo valor; entretanto, no ano anterior, a caixa

---

[21] Na região do Purus e do Madeira a produção de castanha chegou a, respectivamente, 40 mil e 11 mil hectolitros. 4 latas de castanha, de 18 kg cada uma, equivale a um hectolitro. (Cunha, 2000).

[22] Os castanhais se estendem até o Baixo Tocantins (próximo à Marabá) e também na bacia do Rio Jari e algumas áreas no Estado de Rondônia. Segundo Pires & Prance (1977), as sementes desta espécie tendem a colonizar as áreas de clareiras.

[23] A grande concentração de babaçu em terra firme parece ser, também, um artefato de distúrbio significando um uso intenso de floresta primária. Essa espécie pode dominar clareiras em florestas primárias, pois sua semente é criptogeal e de ciclo de vida de 184 anos (Baleé, 1989).

[24] Equivalente a U$ 1,66.

[25] Entrevista gravada com Raimundo Edson Carneiro ("Ceará Cego"), em Altamira, 07/2002.

chegou a custar R$ 10,00. Toda a castanha produzida na região é transportada para Altamira e de lá segue para Belém, de onde é exportada para a Europa e Estados Unidos[26].

Além da castanha-do-pará, ocorre a extração do óleo de copaíba (*Copaifera* spp, Leguminosae) e, na maior parte, de andiroba (*Carapa guianensis* Aubl. Meliaceae). O litro de óleo de copaíba é vendido a R$ 6,00, a troco, e é extraído do cerne da árvore. O óleo de andiroba é extraído das sementes[27] e a produção familiar varia de 60 a 100 litros por safra (prancha IV). O litro de andiroba é também vendido a troco para o regatão, no valor de R$ 5,00, e poderia valer o dobro, se fosse vendido diretamente em Altamira.

O babaçu (*Orbignia* spp) é outra espécie de importância econômica, sendo utilizada apenas para o consumo familiar. Do coco obtém-se o óleo para cozinhar e como combustível, para defumar a seringa. A palha trançada serve para a cobertura das casas (prancha II).

Essas atividades extrativistas deveriam ser incentivadas, visto que há um bom mercado em Altamira e Belém para esses produtos. Mas é necessário organizar e incentivar a produção de forma coletiva e a comercialização e transporte dos produtos. O escoamento da produção é um dos maiores entraves, sobretudo durante o verão, pela dependência dos atravessadores. No Riozinho, o regatão pode demorar até três meses para buscar a mercadoria, sendo que no inverno pode subir o rio pelo menos duas vezes ao mês.

Complementares às atividades de extração vegetal estão as atividades de caça e de pesca, que ocorrem na maior parte no verão (Moran, 1989; Almeida, 1999). A pesca é uma importante fonte de proteínas e voltada principalmente para o consumo; eventualmente, vende-se peixe salgado para os regatões. Entre as espécies freqüentemente capturadas estão o surubim, a piranha, a pirarara e o pacu.

A caça de animais silvestres é uma outra fonte de proteínas e ocorre semanalmente (prancha V). No rio Curuá, a carne é vendida no comércio do garimpo, onde o quilo de carne pode ser trocado por quase meio grama de ouro no garimpo (cerca de R$ 11,00 – R$ 12,00). Entre as espécies mais freqüentes estão a paca (*Agouti paca*), o porco do mato (*Tayassu pecari*),o veado (*Mazama guazoubira* e *M. americana*) e a anta (*Tapirus terrestris*). Segundo relatos, a densidade destas espécies tem diminuído nos últimos anos. Além de mamíferos, são capturados também tracajás (animais e ovos).

Atividades agrícolas

A alta fertilidade nas várzeas (Moran, 1989) somada a ocorrência de manchas de *terra-preta de índio*, em áreas de terra firme, favoreceram a adoção de um sistema agrícola em que há uma grande diversificação

[26] Segundo relato, toda a produção é negociada para a família Mutran, que tem o monopólio sobre a exportação de castanha-do-pará para fora do país.

de cultivos agrícolas anuais. O sistema agrícola é de corte-queima e envolve a rotação de área para o *pousio*. Esse sistema se adapta bem às condições físicas locais e ao regime de chuvas bem definido, com secas no *verão* (de maio a setembro) e chuvas no *inverno* (de outubro a abril). Esse sistema envolve o consorciamento de diferentes tipos de cultura (milho, mandioca, prancha VI) e, como observado no Riozinho do Anfrísio, o plantio de espécies madeireiras, como o mogno (prancha VII).

As roças têm em média de 2 a 3 *tarefas*[28] , onde são plantados o arroz (*Oryza sativa*), a mandioca (*Manihot esculenta*), o feijão (*Phaseolus* spp), o milho (*Zea mays*), a abóbora (*Cucurbita* spp), o fumo (*Nicotiana tabacum*), entre outros. As roças podem estar situadas próximas das moradias, nos quintais, ou mais distantes, sobre áreas de terra preta de índio. Os quintais são mais diversificados e incluem cultivos perenes, como o café, o caju, a laranja, a pimenta-do-reino, etc. Havendo mercado futuro, esses produtos podem ser comercializados. O cultivo de milho e de feijão ocorre em consórcio, e exigem solos menos ácidos e com maiores teores de nutrientes. A farinha de mandioca e, eventualmente, os demais cultivos contribuem no comércio de trocas, no porto do garimpo e nos regatões.

Outras atividades econômicas

Entre as décadas de 50, 60 até 1970, a região foi marcada também pelo intenso tráfico de peles, principalmente de ariranha e de felinos. Esse comércio vicejou em toda a Amazônia e muitos dos entrevistados mencionaram terem caçado felinos (*gateiros*) no passado Essa atividade garantiu um bom retorno econômico e, pela primeira vez, em dinheiro. Uma pele de onça, na época, custava cerca de Cr$ 14,00, o que era suficiente para trocar por uma caixa de cartuchos no regatão. Em uma noite podiam ser capturados até 5 gatos na mesma armadilha de espera, em qualquer época do ano. Essa atividade durou até a proibição da caça e desse comércio, com o Código Florestal, em 1964.

Com a abertura da Transamazônia e da Cuiabá-Santarém, as atividades de garimpo e mineração chegam à Terra do Meio e, a partir de 1980, a indústria madeireira, que interligaram essa região ao mercado dos grandes centros e portos, localizados no Sul e Sudeste do país. O garimpo teve um grande peso na produção do ouro no Brasil, atingindo 90% da produção anual (Caheté, 1998; Silva, 1998).

A extração do ouro ocorre apenas no rio Curuá, de duas formas: ou através de balsas que lavam o ouro do fundo dos rios (aluvião)[29], ou através de escavações (à seco), como no garimpo Madalena. Apesar

---

[27] Uma árvore de andiroba produz até 200 kg de semente, 63% das quais obtém-se o óleo (Rizzini & Mors, 1976).
[28] 1 tarefa = 55 x 55 metros ou 0,30 hectare.
[29] Segundo relatos, existiram mais de 200 balsas de garimpo acima do Igarapé do Limão. O trabalho nas balsas era feito em 3 turnos de 6 horas, ou seja, cada garimpeiro permanecia embaixo d'água cerca de 6 horas, enquanto os outros dois

da situação ilegal do garimpo Madalena dentro da T.I. Curuá[30], ele é uma fonte de renda aos ribeirinhos e aos índios, seja através da exploração do ouro, seja pela oportunidade de comércio de produtos da roça, carnes de animais silvestres e óleos.

Além dos impactos ambientais, a presença do garimpo está correlacionada com a incidência de doenças, entre elas, a malária. Segundo Moran (1993), os garimpos foram responsáveis pelo crescimento exponencial de malária em toda a bacia Amazônica. Na *Terra do Meio*, o último levantamento da SUCAM registrou mais de 50% de lâminas positivas em toda a região e quase 100% no garimpo Madalena.

A mineração empresarial ocorreu no rio Curuá, através da empresa BRASILNORTE Mineração, mas atualmente existem apenas garimpeiros isolados nessa mesma área. Mas esse setor pode vir a ser uma ameaça em potencial à região. As T.I. do Baú e Menkrangnoti, por exemplo, apresentam 89,48% e 75,97%, respectivamente, do seu subsolo coberto por "títulos" minerários (Ricardo, 2000). Se essa massa de requerimentos for autorizada e chegar até a fase de lavra trará grande impacto sobre os ambientes e a população indígena da bacia do Xingu.

A madeira ainda não é uma fonte de renda aos habitantes, porém, a ação de madeireiros na região tem aumentado nos últimos anos[31]. As espécies de valor econômico são o ipê (*Tabebuia serratifolia* (G.Don) Nichols), o jatobá (*Hymenea* sp), o cedro (*Cedrela odorata* Linneu), o angelim (*Hymenolobium excelsum* Ducke), entre outras, e o mogno (*Swietenia macrophylla*), que é a espécie com maior valor comercial. As emboladas de mogno se concentram entre os rios Curuá e Iriri e entre os rios Iriri e Xingu. Com a existência de reservas de mogno na região, houve também um vertiginoso avanço sobre as T.Is (Bôas, 1993). Essa pressão madeireira tem se utilizado da mão-de-obra local na abertura de estradas e picadas. É comum casos em que o morador é cooptado também pelo grileiro a registrar o documento de sua posse em cartórios da região, permitindo assim que a madeira saia de forma legalizada, na forma de plano de manejo. Os vetores de ocupação sobre a região estão, portanto, em grande parte vinculados ao mercado da madeira e têm origem na Cuiabá-Santarém, a partir dos municípios de Novo Progresso e Castelo dos Sonhos (distrito de Altamira), em direção ao Alto do rio Curuá, e o município de Trairão, em direção ao Riozinho do Anfrísio.

---

controlavam a balsa. Cada equipe trabalhava 18 horas na balsa, com um descanso de 24 horas (revezamento de duas equipes). Atualmente, existem apenas 8 balsas no rio Curuá acima da pista do Fogoió.

[30] Alguns garimpos se instalaram dentro de T.Is com a anuência do governo, sendo posteriormente declarada sua ilegalidade.

[31] Essa atividade é altamente desenvolvida em todo o Pará, que é considerado o maior produtor de madeira em tora do país (Nepstad *et al*, 2000)Entre 1990 e 1998, cerca de 298,2 milhões de metros cúbicos foram extraídos nesse Estado, representando 60% do total produzido no país (cerca de 482 milhões de metros cúbicos).

5. Breve histórico breve de ocupação da Transamazônica.

Embora situada fora da área de estudo, a construção da Transamazônica alterou o cenário sócio-econômico e ambiental e promoveu um grande fluxo migratório para a região. O crescimento de Altamira na década de 70, trouxe novos atravessadores que passaram a comprar a produção de castanha-do-pará e de látex diretamente dos seringueiros. Dessa rodovia, ainda, partem estradas vicinais (os *travessões*) em direção à Terra do Meio, ao longo dos quais a ocupação vem se intensificando e, em alguns casos registrados em campo, favorecendo o ingresso de especuladores de terra e madeireiros.

Na década de 1970, o governo federal, através de uma política agressiva de incentivos fiscais, promoveu e financiou a abertura de extensas áreas para implantação de pastagem e a criação de inúmeros novos núcleos urbanos de colonização. Houve assim grandes investimentos na construção de estradas, como a PA-150 (Marabá-São Félix do Xingu), Cuiabá-Santarém, Transamazônica, BR-158, entre outras, para interligar os núcleos urbanos e criar novas frentes de expansão agrícola e povoamento. Além disso, a construção desses eixos se somava a possibilidade de descoberta de jazidas minerais e ao povoamento das áreas interiores do Amazonas e Pará (Goodland & Irwin, 1975; Moran, 1993).

A floresta amazônica foi derrubada inicialmente no machado, para a construção da rodovia em uma faixa de 70m de largura. Nessa fase, a madeira não era aproveitada e, na maior parte, queimada. Além dessa faixa, mais florestas foram derrubadas de cada lado da rodovia, para a implantação de núcleos de colonização agrícola a cargo do INCRA[32] (Goodland & Irwin, 1975). O primeiro trecho da rodovia Transamazônica (entre o Tocantins e o Tapajós) foi inaugurado em 1972. Nesse período, o INCRA cadastrou vários produtores rurais, sendo uma grande maioria do Ceará, para o recebimento dos lotes. Após a inauguração da rodovia, houve uma grande migração espontânea.

Durante a colonização, foram assentadas 5.000, das 100.000 famílias previstas, no trecho entre Altamira e Itaituba. Foi, segundo relato, o maior período de desmatamento pela pequena produção. A área destinada para o projeto de colonização ocupava 15 km de cada lado da rodovia[33], onde foram instaladas

---

[32] Decreto Federal nº 1.164 de 01/04/1971.

[33] De acordo com o DECRETO-LEI Nº 1.106 de 16/06/1970, que dispunha sobre a criação do "Programa de Integração Nacional".

Art. 1º - É criado o Programa de Integração Nacional, com dotação de recursos no valor de Cr$ 2.000.000.000.00 (dois bilhões de cruzeiros), a serem constituídos nos exercícios financeiros de 1971 a 1974, inclusive, com a finalidade específica de financiar o plano de obras de infra-estrutura, nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM e promover sua mais rápida integração à economia nacional.

Art. 2º - A primeira etapa do Programa de Integração Nacional será constituída pela construção imediata das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém.

agrovilas, apoiadas em uma infra-estrutura para abastecimento, com escolas e posto médico. Cada agrovila compreendia um conjunto de lotes de 100 hectares cada, para as famílias de produtores rurais. A concepção dessas vilas permitira evoluir, posteriormente, para pequenas cidades.

Nos primeiros três anos, o governo financiou o plantio de lavouras anuais, principalmente do arroz. Em cada agrovila havia um estabelecimento para fornecer ferramentas, botinas e insumos para fazer as primeiras roças. As famílias recebiam também um salário mínimo por mês. Após três anos, a região atingiu seu "auge na produção de arroz". A presença de áreas propícias à agricultura nos arredores de Altamira estimulou o investimento em culturas permanentes, como a banana (*Musa paradisiaca*), a cana (*Saccharum officinarum*), a laranja (*Citrus* spp), o caju (*Annacardium occidentale*), o café (*Coffea arabica*), o cacau (*Theobroma cacao*), a pimenta-do-reino (*Piper nigrum*) e até plantações de seringueira (*Hevea brasiliensis*). A partir de 1975, houve financiamento para pimenta do reino e cacau e implantado um projeto agrocanavieiro, envolvendo mais de 200 produtores de Medicilândia à Uruará.

Depois de 8 anos, já na década de 80, foram destinados novos lotes entre 100 e 500 hectares, além dos 15 km iniciais, "uma espécie de ampliação da colonização" no trecho Altamira-Itaituba, realizada pelo INCRA. No trecho Altamira-Marabá, foram demarcadas áreas de 3.000 hectares, para pessoas "de fora" (São Paulo, Paraná). O fato de a maioria dos donos destas fazendas não trabalhar essas áreas, gerou uma série de conflitos e a ocupação por famílias sem-terra, entre as décadas de 1980 e 1990.

O caráter cíclico desses financiamentos e as dificuldades de transporte e escoamento da produção na Transamazônica parece ter sido sempre um problema à manutenção e à estabilidade do sistema de produção familiar. Além disso, nos dois ou três primeiros anos, após desmatamento, as colheitas são sempre mais produtivas, porém, o rendimento cai abruptamente a partir do terceiro ano. Esse fato é explicado pela natureza dos solos amazônicos, de modo geral, de baixa fertilidade, e ao ataque freqüente de pragas nas plantações (Goodland & Irwin, 1975). Exceto em áreas onde há ocorrência de solos mais férteis, a agricultura permanente na Transamazônica é problemática, caso não haja investimento e acompanhamento técnico.

Entre meados da década de 80 até início da década de 90 os financiamentos para as lavouras anuais foram suspensos. Após 10 anos do projeto inicial, 40% dessas famílias retornaram a sua terra ou foram procurar outras áreas. Por outro lado, chegavam novas famílias todos os dias. "Quem chegou primeiro

---

§ 1º - Será reservada, para colonização e reforma agrária, faixa de terra de até dez quilômetros à esquerda e à direita das novas rodovias para, com os recursos do Programa de Integração Nacional, se executar a ocupação da terra e adequada e produtiva exploração econômica.

acabou enfrentando todas as dificuldades. Quem chegou depois sofreu com a falta de infra-estrutura"[34]. Foi somente em 1992, que a região voltou a acessar financiamento para os médios produtores[35], com aporte de recursos do Fundo Constitucional do Norte. Mesmo com essas dificuldades, a pequena produção tem sido responsável por grande parte da economia agrícola do Estado.

O quadro fundiário ao longo da rodovia é complexo: mais de 40% de famílias não têm título de propriedade. Nos limites de norte ao sul da Transamazônica, para a maioria das áreas de colonização ainda tramitam projetos de regularização através de assentamentos, sob responsabilidade do INCRA. Nas demais áreas, a regularização das terras é de responsabilidade do Estado.

Os dez anos de ausência de financiamentos públicos para essa região e as condições precárias de saúde, educação e transporte, motivaram um movimento social[36] em Altamira, em 1982 e 1983, para avaliar os temas como as estradas, o crédito, a escola, a saúde com a sociedade local. Esse movimento começou com a formação de sindicatos locais e com grande apoio e trabalhos por parte das igrejas.

No final de 1980, o movimento social reconheceu que, por si só, não conseguiria dialogar com a sociedade sem que esta entendesse os reais problemas da região e buscasse alternativas. Com as limitações e as conseqüências do projeto de colonização, a grande questão era: "fomos trazidos para cá: abandonamos isso e voltamos para onde viemos, ou vamos para onde?". Em 1989 foram realizados debates e seminários públicos, com base em um diagnóstico sobre a situação da saúde, da educação e das estradas.

Em 1990, o movimento social realiza um primeiro ato público na região sobre os 20 anos de colonização da Transamazônica, reunindo 1.500 pessoas em Altamira, com representantes e lideranças desde Itaituba. O ato transmite as reivindicações para todo o país: "se foi um erro construir a rodovia, maior seria abandoná-la". A partir de 1995, a produção familiar é beneficiada pelos financiamentos do governo, caracterizando um novo passo na consolidação do projeto de colonização. Entretanto, há muita deficiência ainda nos serviços básicos e falta de apoio das autoridades em questões como segurança, e na

---

[34] Entrevista gravada com o Zezinho da FVPP (julho de 2002). Para a colonização, a ocupação se deu através de uma seqüência de projetos para a formação de agrovilas que, posteriormente evoluiriam para as chamadas "rurópolis". Os colonos recebiam um lote de 400 metros de frente para a rodovia por 2500 metros de fundo. Desse total da área, 50% podia ser desmatado e 50% destinado à reserva florestal (legal) e o pagamento dos lotes seria em até 20 anos (ver Goodland & Irwin, 1975).

[35] Caracterizados por lotes de 200 a 500 hectares, ou com renda da produção acima de R$ 10.000,00.

[36] As organizações sociais locais são várias, entre elas podemos citar o Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX), a Comissão Pastoral da Terra (CPT – Xingu), a Fundação Viver Produzir e Preservar (FVPP), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI), o Conselho Indígena Missionário (CIMI), entre outros.

resolução dos conflitos de terras. É comum, até hoje, as situações de crimes e violência contra líderes locais, como o recém assassinato de um produtor rural e delegado sindical em Castelo dos Sonhos (distrito de Altamira), um ano depois do assassinato do coordenador geral do Movimento em Defesa pela Transamazônica (MDTX).

6. Considerações finais

A região em análise é representativa dos diversos ciclos econômicos e desenvolvimentistas que caracterizaram a ocupação recente da Amazônia (Schmink & Wood, 1992). Existem pouco mais de 250 habitantes tradicionais, não-índios, ao longo dos rios Curuá e Riozinho do Anfrísio, cuja fonte de subsistência principal é a extração de castanha-do-pará. A condição para a comercialização da castanha, hoje, é um desestímulo aos produtores locais, que acabam se envolvendo em outras atividades que lhes permitam a obtenção de alguma renda, como no caso do garimpo de ouro. A extração de madeiras ainda não ocorre, mas é cogitada como uma opção econômica. O mogno é extraído de forma clandestina, por pessoas de fora da região. Além da ação madeireira, a grilagem de terras é um mercado fértil e crescente na região, para loteamento e formação de grandes fazendas de gado e soja. Essa situação já foi denunciada por outras instituições (Greenpeace, 2001) e divulgada através da imprensa escrita. Para a busca de alternativas econômicas e o estímulo às atividades extrativistas, deve-se promover a formação e o fortalecimento de associações locais, com o apoio e a experiência das organizações sociais de Altamira.

Embora a *Terra do Meio* esteja em grande parte preservada, é de se esperar que, caso não forem tomadas medidas em caráter emergencial, seu destino seja o mesmo que o de outras regiões de fronteira agrícola, no Amazonas, no sul do Pará e no norte do Mato Grosso.

Algumas das características da área em estudo sugerem que a delimitação de uma reserva extrativista, ou uma unidade de conservação equivalente, seja uma boa alternativa para o desenvolvimento local e a preservação, pelo menos em parte da área, tais como: (1) o caráter relativamente bem preservado dos ecossistemas; (2) a existência de um histórico de ocupação por populações "tradicionais" caboclas baseado em atividades extrativistas potencialmente "sustentáveis"; (3) a existência de castanhais e seringais em condições produtivas; (4) a existência de um desejo de retornar às atividades extrativas se elas voltarem a ser rentáveis; e, finalmente, (5) o aparente potencial produtivo da terra para a agricultura de subsistência.

Todavia, qualquer que seja a alternativa proposta para a região, um aspecto fundamental deve ser tratado: a implantação de uma infra-estrutura e um sistema de saúde e de ensino que supra, pelo menos, as necessidades básicas da população residente. O quadro atual na área é de completo abandono por parte do Estado. É importante ressaltar, ainda, que uma estratégia para o desenvolvimento local deve considerar a sazonalidade das atividades e as conseqüências, no caso do rio Curuá, de uma possível desativação das áreas de garimpo.

7. Referências Bibliográficas

Almeida, M.P. de 1999. *Caracterização Sócio-Econoômica e Utilização de Recursos Naturais pela População Residente nos rios Iriri e Curuá (Altamira – Pará)*. Monografia. Belém:Universidade Federal do Pará, 52p/

Balée, W. 1989. The Culture of Amazonian Forests. *Advances in Economic Botany*, 7:1-21.

Cunha, E. 2000. *Um Paraíso Perdido: Ensaios Amazônicos*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial.

Boas, A. V. 1993. *O Ouro Verde das Terras dos Índios: exploração empresarial de madeira de lei em Áreas Indígenas da Amazônia Brasileira*. São Paulo: CEDI.

Caheté, F. L. S. 1998 A Extração do Ouro na Amazônia e suas implicações para o meio ambiente. *Novos Cadernos NAEA* 1(2): 131-158 pp.

Goodland, R.J.A. & Irwin, H. 1975. *A Selva Amazônica: do Inferno Verde ao Deserto Vermelho*? São Paulo: EDUSP/Itatiaia Editora Ltda. 156p.

Greepeace, 2001. Parceiros no Crime: A extração ilegal de mogno. Relatório Greepeace, 16 p.

IBGE 1999 *Malha municipal digital do Brasil* [CD-ROM]: situação em 1997. Rio de Janeiro: IBGE.

Leonel, M. 1998. *A morte social dos rios*. São Paulo: FAPESP, 263 p.

Moran, E.F. 1974 *The Adaptive System of the Amazonian Caboclo. In: Wagley, C. (ed.) Man in the Amazon*. Gainesville: University of Florida Press, 136-159 pp.

Moran, E.F. 1989. Models of Native and Folk Adaptation in the Amazon. Advances in *Economic Botany* 7:22-29

Moran, E. F. 1993. Deforestation and Land Use in the Brazilian Amazon. *Human Ecology* 21(1):1-21.

Nepstad, D; Veríssimo, A. ; Moutinho, P. & Nobre, C. 2000. O empobrecimento oculto da floresta amazônica. *Ciência Hoje* 27(157): 70-73

Nugent, S. 1993. *Amazonian Caboclo society. An essay on invisibility and peasant economy*. Oxford: Berg., 278p.

Parker, E. 1985. *Caboclization: the transformation of the amerindian in Amazonia 1615 - 1800. In: E. P. Parker, The Amazon Caboclo: historical and contemporary perspectives*. Williamsburg: College of William and Mary. 1 – 49 pp.

Pires, J.M. & Prance, G.T. 1977. The Amazon forest: A natural heritage to be preserved. In: Prance, G. T. (ed.) *Extinction is forever*. The New York Botanical Garden, New York, 158-194 pp.

Ricardo, F. 2000. O Subsolo das Terras Indígenas na Amazônia. In: Ricardo, C.A. (ed.) *Povos Indígenas no Brasil, 1996-2000*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 178-181 pp.

Rizzini, C. T. & Mors, W. 1976. *Botânica Econômica Brasileira*. São Paulo: EDUSP, 207 p.

Schmink, M. and C. H. Wood 1992. *Contested Frontiers in Amazonia*. New York: Columbia University Press, 387 p.

Silva, M.A.R. da, 1998. Royalities da Mineração: instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável de regiões mineradoras na Amazônia Oriental. *Novos Cadernos NAEA* 1(2): 115-130.

Weinstein, B. 1993. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência 1850-1920*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 371p.

PRANCHA I

a)

b)

a) Manhã no rio Curuá; b) Moradora da localidade São Geraldo, segura um exemplar de periquito-rei (*Aratinga aurea*).

a)

b)

c)

a)Elaborando o mapa das localidades do rio Curuá.

b) Casa de pau-a-pique, revestida de barro branco (taguatinga).

c) Detalhe da pintura interna.

a)

b)

a) Vegetação secundária com a presença de matas de babaçu (*Orbignia* spp), no rio Curuá.

b) Árvore de seringueira (*Hevea brasiliensis*), no Riozinho do Anfrísio, localidade Volta da Escada.

a)

b)

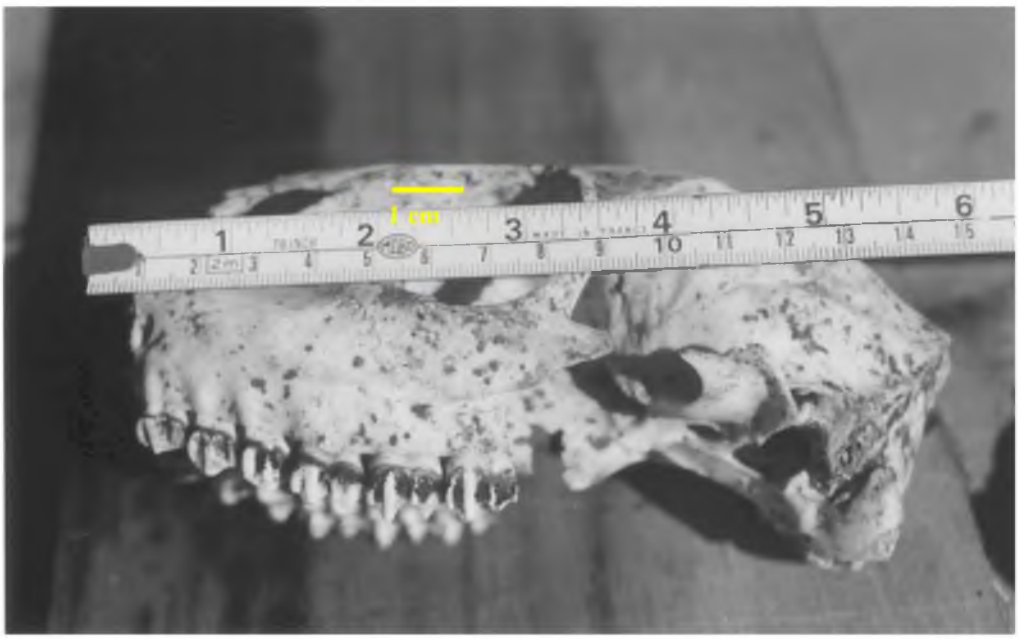
c)

a) Processamento da massa de andiroba (*Carapa guianensis*), para extração do óleo, no Riozinho do Anfrísio.

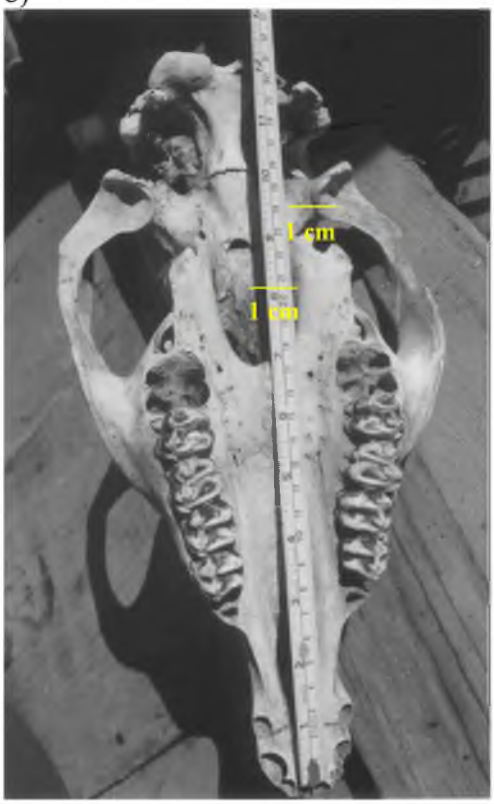
b) Detalhe da extração.

c) Mercadoria entregue aos regatões: a primeira garrafa da esquerda é de banha de anta e as outras são de óleo de andiroba.

a)



b)



c)

a) Veado mateiro (*Mazama americana*).
b) Anta (*Tapirus terrestris*).
c) Onça-preta (*Panthera onca*).

Á área acima representa um tipo de roça de subsistência encontrada na região, onde é cultivado milho e mandioca. Ao fundo, aparecem algumas palmeiras de babaçu. No caso, esta roça está situada em solo do tipo terra-preta-de-índio, na região do rio Curuá.

a)

a) Roça de mandioca no Riozinho do Anfrísio e mudas de mogno.

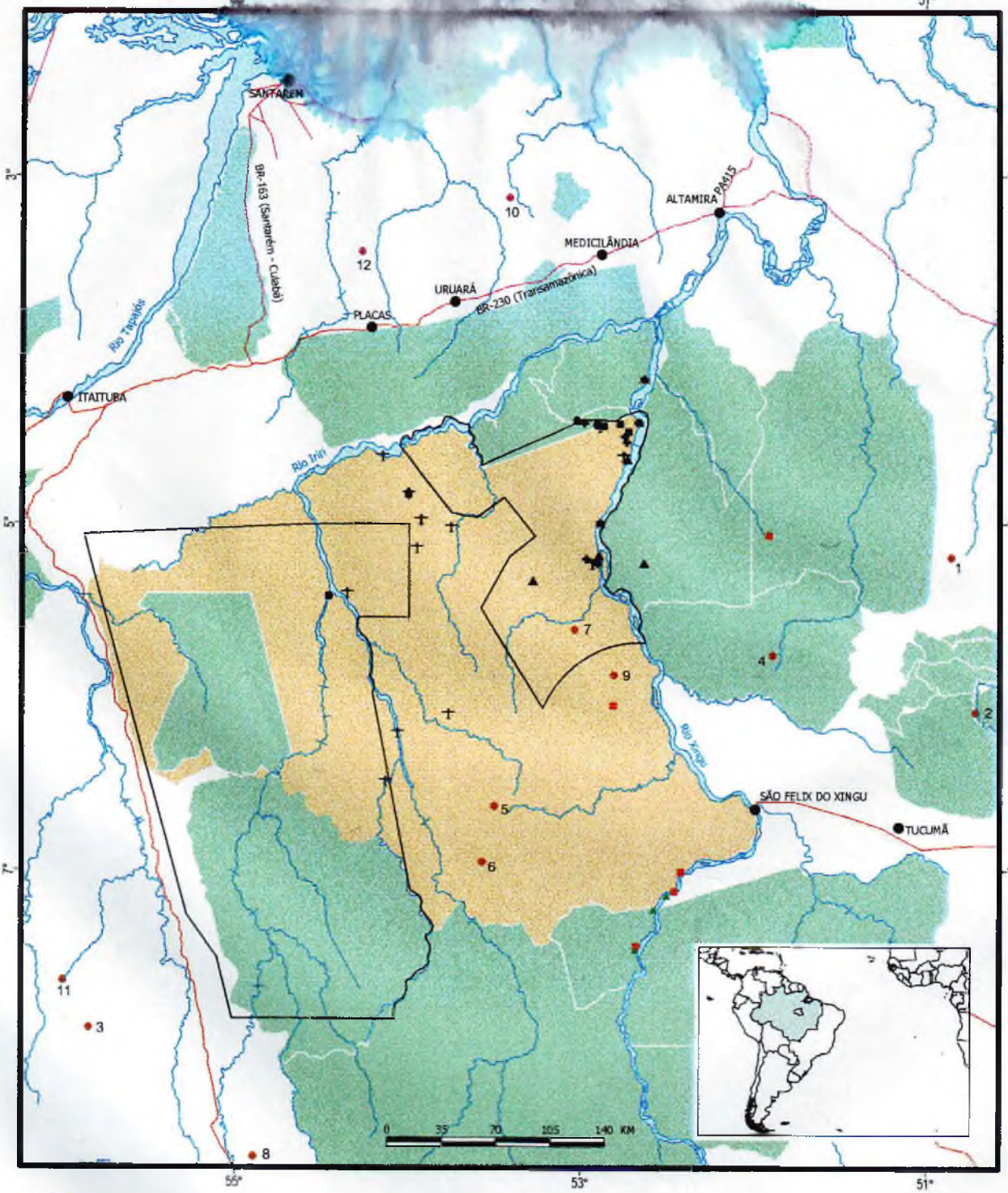
b) Detalhe da muda de mogno *(Swietennia macrophyla)*.

b)

ANEXO I

Greenpeace - OUT/2001

Estado do Pará



Terra do Meio

Terras Indígenas e Unidades de Conservação

Rodovias

Propriedade do CR Almeida

Planos de Manejo de Mogno

Mogno Ilegal - Investigação 2001

Mogno Ilegal - Investigação 2000

Pistas de Pouso

Exploração Recente

Patios, Esplanadas e Toras

Estradas

Buchas

Acampamentos

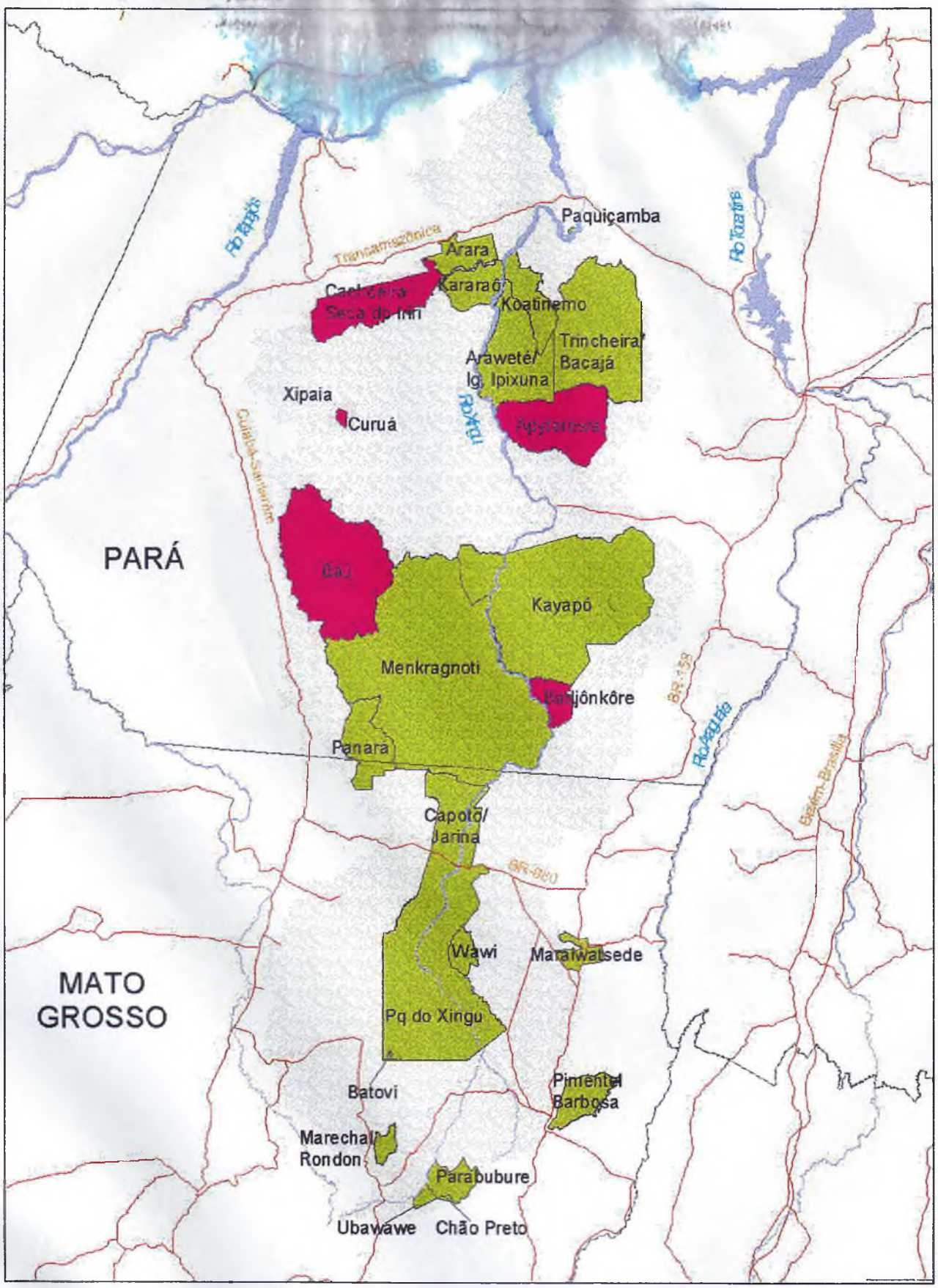
Plano de Manejo de Mogno (Nome Protocolo)

1- Anísio Moraes Sobrinho e José Gleidiston P. Gama (9541/92)
2- Associação Indígena Bep Noi (4681/95)
3- Cilla Ind. Com. Imp Exp. Mad. (5769/94)
4- Kopaja Ind. Com. Imp. Exp. Mad. (464/90)
5- Mad. Serra Dourada Ltda. -talhão 6 (2480/94)
6- Mad. Serra Dourada Ltda. -talhão 19 (3838/93)
7- Nilberto J. Oliveira - Mad. Pirizina (3442/93)
8- Premier Garcia (5928/93)
9- S/A Bitar Irmãos (3356/89)
10- SEMASA - Serraria Marajoara (3444/94)
11- SEMASA - Serraria Marajoara (6414/94)
12- SEMASA - Serraria Marajoara (8824/93)
*13- W.L.B. de Freitas Ltda. (3609/94)

Fonte: IBAMA/PA Obs: * plano sem coordenadas

ANEXO II

Instituto Socioambiental, 2001



ANEXO III

EIXOS DE DESENVOLVIMENTO : TRANSAMAZÔNICA E CUIABÁ-SANTARÉM

Tabela 1- Algumas das principais rodovias de integração nacional.

Rodovia/ Sigla	Origem-Destino	Núcleos de colonização	Extensão* (km)
Transamazônica/ BR-230	Paraíba-Amazonas	Carolina, Estreito, Marabá, Jatobal, Altamira, Itaituba, Jacareacanga, Humaitá, Lábrea, Benjamin Constant	4.918
Cuiabá-Santarém/ BR-163	Paraná-Amapá	Campo Grande, Rondonópolis, Cuiabá, Cachimbo, Santarém, Alenquer, Óbidos, Tiriós, Suriname	3.966
BR-158	Pará-Rio Grande do Sul	Altamira, São Félix do Araguaia, Xavantina, Barra do Garças, Aragarças, Jataí	3.670

Adaptado de Goodland & Irwin (1975).
* Corresponde ao trecho entre os núcleos de colonização.

Tabela 2 – Municípios de influência na Terra do Meio.

Municípios	Eixo rodoviário	Extensão territorial (km^2) [1]	Densidade demográfica (nº hab/km^2) [2]	População absoluta[3] (nº de habitantes)		T.G.M.[4] (% hab/ano)
				1996	2.000	1996-2000
Altamira	BR-230	*160.755,00*	*0,48*	*78.782*	*77.355*	*-0,46*
Medicilândia		*8.272,73*	*2,59*	*30.940*	*21.423*	*-8,78*
Uruará		*10.791,24*	*4,18*	*37.395*	*45.098*	*4,79*
Placas						
Rurópolis		*6.960,65*	*3,54*	*24.122*	*24.147*	*0,54*
Pacajá		*11.832,13*	*2,43*	*22.035*	*28.721*	*6,85*
São Félix do Xingu		*84.248,43*	*0,41*	*40.983*	*34.516*	*-4,20*
Itaituba	*BR-230; BR-163*					
Trairão	*BR-163*					
Novo Progresso						

No estado do Pará o crescimento médio anual foi de 2,94% habitantes/ano, no mesmo período.
Fontes: (1) IBGE (1999); (2) Estimada com base nos dados populacionais do IBGE (2001): Resultados preliminares do Censo 2000; (3) IBGE (1996) e IBGE (2001): Resultados preliminares do Censo 2000.
(4) Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (IBGE, 2001).

Faltam dados sobre os municípios listados.

ANEXO IV

ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA A EXPEDIÇÃO IRIRI-CURUA e XINGU

Nº Levantamento:_____Estado:_____Município:_____

Local da Entrevista:_____ Lat:_____Long:_____

Entrevistado:_____

Filme Fotográfico Nº_____ Fotografia Nº_____ Data:____/___/_____

Características do entrevistado

1. Local de nascimento (Localidade/Estado)? _____
2. Em que ano veio para a região? 19_____
3. Freqüentou a escola? _____ Quantos anos?_____

Características da localidade

Informações gerais:

1. Nome da localidade:_____
2. Tempo de existência do lugar: _____
3. Breve histórico de ocupação:_____
4. Qual a origem das pessoas?_____
5. Número de famílias ou habitantes:_____Está aumentando ou diminuindo?_____
6. Numero de casas e tipo de construção: _____
7. Numero de filhos em média por família _____
8. Qual a dieta alimentar das pessoas do lugar? _____
9. Como é a divisão do trabalho (gênero)?_____
10. Quais são os bens de consumo mais comuns e de onde vem (radio, roupas, ferramentas, remédios, etc.)? _____

Infra-estrutura:

1- Tem escola? _____ Quantas?_____

2- Como funciona o atendimento na área de saúde? _____

3- Quais são as doenças mais comuns no lugar?_____

4- Tem energia no lugar?_____

5- Tem abastecimento de água? _____

6- Qual e o meio de transporte? _____

7- Quantos barcos passam por semana e que tipo de barcos? _____

8- Qual a cidade-distrito mais próxima e a de maior ligação com o lugar? _____

9- Qual a freqüência que viajam para esta cidade? _____

10- Ha presença de órgãos do governo no local? Quais?___ _____

11- Quais as principais demandas por serviços públicos no lugar (saúde, educação, estrada, crédito)?

_____

Organização Política e Social

1. Quais as formas de associativismo existentes no local (sindicato, associação,etc)? _____
_____
2. Presença/atuação de movimentos religiosos, quais?_____
3. Identificar se há e quais são as lideranças locais. _____
4. Quais os principais problemas, que dificultam a vida de quem trabalha na região?_____
_____
5. Como resolvem problemas?_____

Informações Fundiárias

1. Divisão da terra (área de uso, tamanho, regras de acesso para novas famílias) _____
2. Existem áreas comunitárias? _____Quais são as regras para o uso das mesmas? _____
3. Quem é o dono da região? _____
4. Presença de grandes propriedades, posseiros e assentamentos _____
5. Conflitos com áreas indígenas e não-indígenas _____
6. Existem indícios de índios isolados _____

Características do Uso da Terra e Atividades Produtivas

Atividade Agropecuária:

1. Atividades produtivas existentes/época do ano _____
   Qual é a principal?_____
2. Como funciona a comercialização da produção?_____
3. Qual é o mercado consumidor final desse produto? _____
   Meio de transporte_____ Paga frete? _____Quanto?_____
4. Quanto e o que da produção é comercializada e quanto é para consumo próprio? _____
_____
5. Problemas relacionados a produção? _____
6. Há rebanho? ( ) caprino ( ) bovino ( )suíno ( ) misto _____

Atividade Extrativista

Não Madeireira

1. Produtos não madeireiros extraídos da floresta (mel, cipós, castanha, seringa, taquaras, frutos, óleos, corantes, repelentes, venenos, plantas medicinais, outros)?_____
2. Para consumo próprio? _____ Venda? _____Aonde vende?_____
3. Quanto extrai por mês/semana? _____
4. Quais as dificuldades encontradas para praticar o extrativismo? _____

Madeireira

1. Ocorre exploração madeireira? Onde e como é explorada? _____
2. Para quem vende?_____Quantidade extraída no ultimo ano?_____Por quanto? _____
3. Quantas serrarias existem no lugar? _____3 principais espécies extraídas? _____
4. O pessoal costuma trocar madeira por alguma coisa? O que?_____
5. Quais as dificuldades/problemas relacionados com a exploração madeireira?_____

Mineral

1. Tem minérios para explorar no local? _____ Quais?_____
2. Existe atividade mineral atualmente na área ou arredores? _____Qual?_____
3. Local de comercialização _____ Meio de transporte?_____
6. Quais as dificuldades/problemas relacionados com a exploração mineral?_____

Fogo

1. Já teve fogo acidental na região? Quando? _____
2. que mais atingiu (mata, pasto, etc)? _____
3. Causou prejuízo? Quais? _____
4. Qual tipo de prevenção contra incêndios? _____

Características dos Recursos Naturais

Fauna Terrestre

1. Quais principais macacos que ocorrem na região? _____
2. Quais principais espécies de aves que ocorrem na região?_____
3. Relacionar outros bichos que ocorrem com freqüência _____
4. Qual a espécie preferida na caça ? _____ _____
5. Vocês caçam só para o consumo? _____
6. Em que época do ano vocês caçam mais? Por que?_____
7. Vocês caçam algum bicho para remédio? Quais? Como é feito o remédio?_____
8. Que qualidades de cobra têm na região? Usam para alguma coisa? _____
9. Que plantas estão fortemente associadas com animais da região?_____

Ictiofauna (peixes)

1. Quais as qualidades de peixe mais comuns por aqui? _____
2. Esses peixes se reproduzem nessa área? Quais? _____
3. Tem piracemas (locais de desova) por aqui? Onde? _____
4. Quais os preferidos? _____
5. A pesca é para consumo ou venda? Quem compra? _____
6. Quais são os peixes que têm maior valor? Em que época do ano são pescados? _____
7. Vocês pescam peixes para aquário? De que tipos? _____
8. Vocês usam compressor para pegar os peixes de aquário? _____
9. Para quem vocês vendem esses peixes? Quanto vocês recebem por cada peixe? _____

Vegetação

1. Nas matas de terra firme próximas daqui, tem muito babaçu ? Tem muito cipó ? Alguma outra planta é muito comum ? _____
2. Tem embolada de mogno nas redondezas ? Já foram cortadas ??? _____
3. Tempo de uso para as áreas de cultivo:

( )< 2 anos ( ) 2 e 5 anos ( ) 5 e 10 anos ( )> 10 anos ( ) Indeterminado ( ) Nenhum

Mapeamento Participativo

Croqui da vila ou comunidade e localidades próximas incluindo mapa de recursos naturais e uso da terra (usando imagens de satélite e/ou mapa em branco)